



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
2ª Câmara de Direito Público
Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

177
70

Recurso de agravo no agravo de instrumento nº 329683-7 – Comarca de Altinho

Agravante: Município de Altinho/PE.

Agravada: Maria do Ó Silva de Sobral.

EMENTA: CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. RECURSO DE AGRAVO. SERVIDOR PÚBLICO. SALÁRIO MÍNIMO. GARANTIA. TOTAL DA REMUNERAÇÃO. INCLUSÃO NO CÁLCULO DE OUTRAS VANTAGENS PECUNIÁRIAS. IMPOSSIBILIDADE. QUINQUENIOS. VENCIMENTO BASE DO CARGO EFETIVO. RECURSO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1. Na linha da jurisprudência sedimentada no STF e desta Corte de Justiça, a garantia constitucional do salário mínimo, disposta no art. 7º, IV, da CF, refere-se à totalidade da remuneração, na qual não são computados os quinquênios, pois não constituem vantagens inerentes ao cargo, mas sim corporificam vantagens pessoais titularizadas pelo servidor, caracterizando um prêmio pelo tempo de serviço prestado à Administração. 2. A Lei Municipal nº 782/89 (art. 54) que regulamenta as relações do Município agravante com os seus servidores, expressamente determina a aplicação do Estatuto dos Servidores Estaduais (Lei Estadual nº 6.123/68), cuja disciplina aponta, como base de cálculo dos quinquênios, o valor do vencimento base do cargo efetivo ocupado pelo servidor quando em atividade, tal como estipulado em lei formal, ainda que este tenha valor nominal inferior ao mínimo, sob pena de vinculação do pagamento de uma vantagem pessoal (quinquênio) ao valor do salário mínimo, em flagrante afronta ao art. 7º, IV, da CF/88. 3. Precedentes do STF e deste Sodalício citados. 4. Recurso de agravo unanimemente improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do recurso de agravo no agravo de instrumento nº 329683-7, acima referenciados, ACORDAM os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, em sessão desta data, e à unanimidade, em negar-lhe provimento, nos termos da ementa supra, do voto e da resenha em anexo, que fazem parte integrante do julgado.

P.R.I.

Recife, 25 de setembro de 2014


Des. Ricardo Paes Barreto – Presidente e relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
2ª Câmara de Direito Público
Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

178
70

Recurso de agravo no agravo de instrumento nº 329683-7 - Comarca de Altinho

Agravante: Município de Altinho/PE.

Agravada: Maria do Ó Silva de Sobral.

RELATÓRIO

Trata-se de recurso de agravo em face de decisão monocrática que deu provimento parcial ao agravo de instrumento, tão somente para determinar a incidência dos quinquênios devidos sobre o vencimento base da servidora agravada os quais não devem ser indexados ao salário mínimo.

Segundo o agravante, esta decisão estaria a merecer retração ou, em ordem eventual submissão ao colegiado competente para reforma, aduzindo, em síntese, o não enquadramento da decisão vergastada nas hipóteses do art. 557 do CPC, bem como, a impossibilidade de concessão de tutela antecipada em face da Fazenda Pública para implantação de vantagem remuneratória, nos termos do art. 2º-B da Lei Federal nº 9.494/97, requerendo, ao final, o provimento do presente recurso.

É o relatório.

VOTO

Os argumentos trazidos à baila pelo município agravante não são capazes de convencer sobre o postulado desacerto da decisão recorrida, razão pela qual entendo que a mesma deve ser mantida em todos os seus termos, senão vejamos.

Inicialmente, quanto ao não enquadramento da decisão vergastada nas hipóteses do art. 557 do CPC, não há como prosperar a tese do agravante.

Como se sabe, poderá o relator decidir individualmente as questões de mérito, quando dar provimento ao recurso que se apresenta manifestamente em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior (*ex vi* do art. 557, §1º-A, do CPC).

Destarte, afigura-se como correta a decisão ora agravada que decidiu o instrumental, mediante decisão monocrática, consoante determina o §1º-A do art. 557 do CPC, porquanto a decisão combatida espelhou-se em jurisprudência dominante da Suprema Corte e deste Sodalício, principalmente, na faculdade conferida pelo citado dispositivo legal para que seja dado provimento a recurso em manifesto confronto.

~

No caso em apreço, não incide óbice legal à concessão de tutela antecipada contra a Fazenda Pública, pois a pretensão da agravada não consiste na reclassificação, equiparação ou aumento salarial de servidores públicos, mas apenas na reposição dos valores que estariam sendo pagos a menor em seus proventos, não havendo que se falar em violação do art. 2º-B da Lei nº 9.494/97.

No mais, na linha da jurisprudência sedimentada no STF e desta Corte de Justiça, a garantia constitucional do salário mínimo, disposta no art. 7º, IV, da CF, refere-se à totalidade da remuneração, na qual não são computados os quinquênios, pois não constituem vantagens inerentes ao cargo, mas sim corporificam vantagens pessoais titularizadas pelo servidor, caracterizando um prêmio pelo tempo de serviço prestado à Administração, consoante se infere dos arestos abaixo transcritos:

Agravo regimental no recurso extraordinário. Servidor público. Salário mínimo. Garantia. Total da remuneração. Abono. Inclusão no cálculo de outras vantagens pecuniárias. Impossibilidade. Precedentes. 1. É pacífica a jurisprudência desta Corte de que a garantia de percepção de salário mínimo conferida ao servidor por força dos arts. 7º, inciso IV, e 39, § 3º, da Constituição Federal, corresponde à sua remuneração total e não apenas ao vencimento básico, que pode ser inferior ao mínimo, e, também, que sobre o abono pago para atingir o salário-mínimo não devem incidir as gratificações e demais vantagens pecuniárias, sob pena de ofensa ao art. 7º, inciso IV, da Constituição Federal. 2. Agravo regimental não provido (STF, RE 499937 AgR/RN, T1, rel. Min. Dias Toffoli, DJ de 25/10/2011).

DIREITO CONSTITUCIONAL. FUNGIBILIDADE RECURSAL. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO DE AGRAVO. POSSIBILIDADE. SERVIDOR MUNICIPAL. PERCEPÇÃO DOS PROVENTOS ABAIXO DO MÍNIMO. IMPOSSIBILIDADE. QUINQUÊNIOS COMO FORMA DE ALCANCE DO TETO. VEDAÇÃO. INVASÃO DO PODER JUDICIÁRIO NA ESFERA LEGISLATIVA. NÃO CARACTERIZAÇÃO. 1.Considerando a natureza da decisão guerreada e em homenagem ao princípio da instrumentalidade das formas (CPC, art. 244), o regimental deve ser recebido como Recurso de Agravo, aplicando à espécie o princípio da fungibilidade recursal, de acordo com o disposto na Súmula nº 42, deste Sodalício. 2.O pagamento ao trabalhador de contraprestação abaixo do piso correspondente ao salário mínimo configura injustificável desrespeito ao princípio da dignidade da pessoa humana e ao direito social consagrado em nossa Carta. 3.No caso vertente, a municipalidade invoca a Súmula Vinculante nº 16, no afã de demonstrar que o servidor, ora agravante, na totalidade percebe valores acima do salário mínimo. Realmente, para o Supremo Tribunal Federal, é o montante final da remuneração do servidor que não pode ser inferior ao salário mínimo, todavia, não pode o Município querer complementar a diferença paga a baixo do salário mínimo, com o valor do quinquênio, pois é de sabença geral que o referido adicional tem natureza jurídica de vantagem pessoal, caracterizando-se como forma de premiar o funcionário pelo tempo de serviço prestado à Administração Pública, imprestável para tal finalidade. 4.A revogação do adicional por tempo de serviço pela Lei Municipal nº 839/2001, em nada afeta a esfera de direito do autor/agravado, pois conforme consta dos autos originários, este laborou em favor da municipalidade por mais de 35 anos, vindo a se aposentar em março de 1993. Portanto, quando da revogação do adicional pela municipalidade, a situação jurídica do mesmo já se encontrava consolidada. 5.Sendo certo que no caso em comento, o Poder Judiciário não invade a esfera legislativa, promovendo aumento de salário de servidor, apenas cumpre seu mister, adequando os proventos do autor/recorrido à garantia constitucional prevista no art. 7º, IV, da Carta Magna. Recurso de Agravo improvido. Decisão Unânime (TJPE, AgRg 245180-9/01, 2CDP, rel. Des. José Ivo de Paula Guimarães, julgado em 14/06/2012).

179
20

Todavia, impende frisar que a Lei Municipal nº 782/89 (art. 54) que regulamenta as relações do Município agravante com os seus servidores, expressamente determina a aplicação do Estatuto dos Servidores Estaduais (Lei Estadual nº 6.123/68), cuja disciplina aponta, como base de cálculo dos quinquênios, o valor do vencimento base do cargo efetivo.

Nesse diapasão, os quinquênios devem ser calculados com base no valor do vencimento base do cargo ocupado pelo servidor quando em atividade, tal como estipulado em lei formal, ainda que este tenha valor nominal inferior ao mínimo, sob pena de vinculação do pagamento de uma vantagem pessoal (quinquênio) ao valor do salário mínimo, em flagrante afronta ao art. 7º, IV, da CF/88 (Confira-se: AC 263760-5, 8CC, rel. Des. Francisco José dos Anjos Bandeira de Mello, julgado em 08/03/2012).

Sendo assim, ao menos nesta seara cognitiva sumária, entendo que a recorrida possui direito à implantação dos quinquênios reclamados, correspondentes a um adicional de 5% (cinco por cento) incidente sobre o seu salário base por cada 5 (cinco) anos de serviços prestados, até a publicação da Lei Complementar nº 005/2009, que extinguiu a referida vantagem do âmbito municipal, vez que estes já incorporaram ao patrimônio da mesma, configurando, destarte, direito adquirido assegurado no art. 5º, XXXVI, da CF/88.

Feitas estas considerações, ante a ausência de argumentos aptos a infirmar a decisão agravada, nego provimento ao presente recurso de agravo.

É como voto.

Recife, 25 de setembro de 2014

Des. Ricardo Paes Barreto
Relator